



SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

21/01/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Governo ignora centrais sindicais na formulação da reforma da Previdência

Após quase três meses da eleição do presidente Jair Bolsonaro, o governo caminha para apresentar uma proposta definitiva de reforma da Previdência sem ter ouvido representantes dos trabalhadores.

Enquanto lida com pressões de setores influentes, como militares –que querem ficar de fora da reforma e com forte presença no governo– e servidores públicos, categoria capaz de forte pressão no Congresso, a equipe que elabora os detalhes finais da proposta para endurecer as regras da aposentadoria não abriu as portas para dialogar com as centrais sindicais. A estratégia diverge da adotada pela gestão de Michel Temer, que organizou uma série de reuniões com representantes dos trabalhadores.

Também nos governos petistas, os sindicalistas participaram das discussões sobre as mudanças no sistema. Nos primeiros dias deste ano, as centrais enviaram uma carta ao presidente para tentar abrir um canal de comunicação, mas continuaram fora da formulação da proposta de reforma.

O documento, assinado pelos presidentes de seis centrais, afirma que o grupo está aberto ao diálogo e traz críticas às propostas liberais da equipe econômica.

Leia mais: Jornal Folha de S. Paulo – 21/01/2019

PREVIDÊNCIA: GOVERNO AVALIA PROPOSTA DE TRANSIÇÃO QUE SOMA IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E QUE MÃES SE APOSENTEM MAIS CEDO



Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 21/01/2019

Governo vai economizar R\$ 9,8 bilhões com cortes

O presidente Jair Bolsonaro assinou nesta sexta-feira (18) uma medida provisória que revê regras previdenciárias e tem como objetivo deflagrar um pente-fino em todos os benefícios pagos pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). Esta é a primeira medida anunciada pelo governo Bolsonaro em torno da Previdência. A ideia é dar uma sinalização à sociedade e aos servidores de que o Executivo está fazendo sua parte para diminuir o rombo fiscal na área.

A economia de R\$ 9,8 bilhões, nos primeiros 12 meses, contudo, ainda é considerado baixo. Esse valor corresponde a 4,45% do déficit previsto no RGPS (Regime Geral de Previdência Social) para este ano. É um valor ínfimo perto de um rombo total que deve bater em R\$ 220 bilhões. Durante as discussões da medida, o ministro Paulo Guedes (Economia) chegou a falar na possibilidade de haver quase o dobro de impacto fiscal, entre R\$ 17 bi a R\$ 20 bi por ano.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 21/01/2019

Seguro-desemprego é reajustado

O empregado demitido sem justa causa terá o seguro-desemprego corrigido em 3,43%, correspondente à inflação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) no ano passado, informou hoje (18) o Ministério da Economia. A parcela máxima passará de R\$ 1.677,74 para R\$ 1.735,29. A mínima, que acompanha o valor do salário mínimo, foi reajustada de R\$ 954 para R\$ 998. Os novos valores serão pagos para as parcelas emitidas a partir de 11 de janeiro e para os novos benefícios.

Atualmente, o trabalhador dispensado sem justa causa pode receber de três a cinco parcelas do seguro-desemprego conforme o tempo trabalhado e o número de pedidos do benefício. A parcela é calculada com base na média das três últimas remunerações do trabalhador antes da demissão. Caso o trabalhador tenha ficado menos que três meses no emprego, o cálculo segue a média do salário em dois meses ou em apenas um mês, dependendo do caso. Quem ganhava mais que R\$ 2.551,96 recebe o valor máximo de R\$ 1.735,29. Quem ganha até R\$ 1.531,02 tem direito a 80% do salário médio ou ao salário mínimo, prevalecendo o maior valor. Para remunerações de R\$ 1.531,03 a R\$ 2.551,96, o seguro-desemprego corresponde a R\$ 1.224,82 mais 50% do que exceder R\$ 1.531,02.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 19/01/2019

Inadimplência no país cresce 4,41% em 2018; maior alta de 2012

O Brasil encerrou o ano de 2018 com um avanço de 4,41% no número de consumidores com contas em atraso, na comparação com 2017, de acordo com dados do Indicador de Inadimplência da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil). Esta foi a maior elevação desde 2012, quando a inadimplência cresceu 6,8%.

Nos anos anteriores a inadimplência do consumidor encerrou com altas de 1,3% em 2017; 1,4% em 2016; 4,2% em 2015; 3,4% em 2014 e 3,7% em 2013. Segundo os dados do indicador, a estimativa é a de que o país fechou o último mês de dezembro com cerca de 62,6 milhões de brasileiros com alguma conta em atraso e com o CPF restrito para contratar crédito ou fazer compras parceladas. O número representa 41% da população adulta que reside no Brasil.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 19/01/2019